

As Instituições de Educação Superior no Brasil (IES) e a influência das políticas neoliberais no corte de financiamento: experiência da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Higher Education Institutions in Brazil and the influence of neoliberal politics on funding cuts: experience of the Federal University of Uberlândia (UFU)

Edilaine Patrícia de Oliveira¹
Sérgio Paulo de Morais²

59

Resumo: Este artigo apresenta o histórico das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, destacando a influência da economia brasileira para a sua expansão e os ajustes oriundos da influência das políticas neoliberais, com a análise da realidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), hoje a décima quarta no ranking das universidades no país. O corte de gastos do Estado com a Educação Superior repercute na melhor qualidade de ensino, pesquisa e extensão, papel da universidade. A base epistemológica de sustentação desse artigo foi o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) e a partir dele foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. No Brasil a influência das políticas neoliberais, em especial no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), impactou no sucateamento das universidades públicas e no crescimento das instituições privadas. Uma mudança de perspectiva aconteceu com o governo Lula com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), quando ocorreu nova expansão física, pessoal e vagas. Por fim, após o *impeachment* da presidenta Dilma, a educação superior passou por novo período de crise com o corte e contingenciamento dos recursos. Com o governo Bolsonaro a ciência e a educação superior sofreram os impactos desse governo e hoje, com o novo governo Lula, as pesquisas e a ciência voltaram a ter o papel central e as universidades públicas são as maiores produtoras de pesquisa e ciência no país.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestre em Educação pela UFU (2021). Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Técnica em Serviço Público Assistente Social atuando Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do bairro Pequis em Uberlândia, Minas Gerais. E-mail: edilaine.oliveira@ufu.com.br / edilainepo@gmail.com orcid.org/0000-0002-4708-5780

² Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com atuação na graduação e no Programa de pós-graduação e membro da linha: Trabalho, Sociedade e Educação. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2002) e Graduado em História pela UFU. E-mail: moraisp@yahoo.com.br / sergio.paulo@ufu.br orcid.org/0000-0001-7827-3373

Recebido em 05/01/2025

Aprovado em: 12/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Palavras-chave: Instituições de Educação Superior (IES). Política neoliberal. Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Abstract: This article presents the history of Higher Education Institutions in Brazil and highlights the influence of the Brazilian economy on their expansion and the adjustments resulting from the influence of neoliberal policies, by analyzing the reality of the Federal University of Uberlândia (UFU), which currently occupies the fourteenth place in the ranking of universities in the country. The government's spending cuts in Higher Education have affected the improvement of the quality of teaching, research and extension projects, which is the university mission. The epistemological basis for this article was the Dialectical-Historical Materialism (DHM) and from it a bibliographical review and documentary research were carried out. In Brazil, the influence of neoliberal policies, especially during the government of Fernando Henrique Cardoso (FHC), impacted the scrapping of public universities and the growth of private institutions. A change in perspective occurred during the Lula government with the Support Program for the Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI), when new physical expansion, personnel and vacancies with limitations occurred. Finally, after the impeachment of President Dilma, Higher Education went through a new crisis with contingency and funding cuts. Under the Bolsonaro government, science and Higher Education suffered the effects of this government, and today, under the new Lula government, research and science are once again at the center and public universities are the largest producers of research and science in the country.

Keywords: Higher Education Institutions. Neoliberal policy. Federal University of Uberlândia.

1 Introdução

O presente artigo vincula-se ao Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), associado à Disciplina Políticas e Gestão de Educação Superior, que teve como eixo central discutir as mudanças na estrutura da Educação Superior brasileira, pública ou privada. Segundo Borges (2023), os objetivos de um estudo vão nortear a investigação e clarear os resultados. Sendo assim, esse artigo tem como objetivo relatar a história das Instituições de Educação Superior (IES), a influência das políticas econômicas e do neoliberalismo, bem como demonstrar os impactos do corte de gastos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), reflexo do avanço do neoliberalismo.

A base epistemológica de sustentação desse artigo foi o Materialismo Histórico-Dialético (MHD). A partir dele foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. Pensar em pesquisas pelo olhar dialético é possibilitar ao pesquisador observar a realidade como um processo em movimento pois é “a tese que constitui uma pretensão de verdade, a antítese é que vai negar a tese apresentada e a síntese surge do embate teórico entre tese e síntese” (Métodos..., [s.d.], p. 27). Nesse sentido, os resultados das pesquisas em educação que utilizam

o processo dialético são caracterizados como sínteses, e não como respostas prontas e acabadas, pois “o processo dialético parte da análise de polos contraditórios que em um confronto superam o momento anterior, produzindo, através da própria ação sobre a realidade, uma nova realidade pensada” (Leite, 2017, p. 847). Enfim, pensar dialeticamente é refletir sobre a possibilidade de mudanças e as resistências em relação aos ataques das políticas neoliberais, em especial aos ataques constantes aos direitos sociais da Constituição Federal de 1988 e, precisamente hoje, aos cortes de gastos com relação à educação superior.

Esse artigo encontra-se estruturado em quatro seções. A primeira delas contempla a introdução ora apresentada. A segunda discute as Instituições de Educação Superior no Brasil (IES) com foco nos momentos de expansão como o início da república, o governo Getúlio Vargas, o período da ditadura militar, o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, as políticas neoliberais, a reestruturação da educação no Governo Lula com a reformulação do ensino superior pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 e os cortes e contingenciamento dos recursos após o *impeachment* da presidenta Dilma. Na terceira seção discute-se a influência neoliberal nos gastos das Universidades, em especial da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, no período FHC, e, posteriormente, a expansão com os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no governo Lula, bem como a redução dos recursos a partir do Governo Temer e, posteriormente, do presidente Jair Bolsonaro. Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca desse corte de gastos na universidade para a sociedade sob a influência das políticas neoliberais.

3 As Instituições de Educação Superior no Brasil (IES)

No período colonial não era interesse da colônia portuguesa investir em educação superior no Brasil porque esse modelo de educação era destinado apenas às elites que enviavam os filhos para Portugal a fim de buscar instrução e manter *status quo*. (Cunha, 2000) A primeira experiência de educação superior foi com os padres jesuítas com cursos de Teologia e Filosofia e cabe aqui destacar que o modelo era destinado aos filhos da elite, formação que objetivava formar novos professores e párocos. O modelo jesuítico de educação era estruturado com base no *Ratio Studiorum*³, delineada com a seguinte estrutura: o ensino das primeiras letras e ensino secundário; e na sequência a educação superior com os cursos de Teologia e Filosofia. O curso

³ O *Ratio Studiorum* era Plano de Estudos da Companhia de Jesus utilizado no século XVI e XVII e tinha a finalidade de moldar a alma da juventude através da educação, ou seja, desenvolver o bom cristão. (Franca, 2019)

de Teologia tinha a duração de quatro anos e baseava-se na formação escolástica e nos ensinamentos de São Tomás de Aquino, ao passo que o curso de Filosofia tinha a duração de três anos e baseava-se no estudo de Aristóteles. (Franca, 2019)

Segundo Cunha (2000), a negativa de Portugal em criar universidades na colônia baseava-se no medo de maior apropriação cultural e assim reverberar nos movimentos de independência, pois pontos revolucionários do Iluminismo refletiam na América. Contudo, os primeiros investimentos na Educação Superior no Brasil aconteceram quando a família real portuguesa fugiu para nosso país após as invasões napoleônicas. Diante desse cenário, a colônia portuguesa transferiu os primeiros recursos para o alicerce da Educação Superior “numa esquadra que transportou os tesouros da coroa, a alta burocracia civil, militar e eclesiástica, assim como **os livros da Biblioteca Nacional.**” (Cunha, 2000, p. 153, grifo nosso)

No império não foram criadas universidades, mas foi dada maior importância ao ensino superior com a consolidação de centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. (Martins, 2002). O modelo de ensino gerido pelo Estado gerenciava a criação de estabelecimentos, a manutenção de material, a nomeação de catedráticos e a decretação dos currículos. Nesse cenário, *a priori* foram criadas cátedras isoladas que posteriormente viraram unidades de ensino e, na sequência, academias, faculdades isoladas que hoje são muitas das universidades federais brasileiras. Segundo Martins (2002, p. 1) “até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes” e outra característica do incipiente ensino superior no Brasil foi o incentivo à tríade de formação: Medicina; Direito; Engenharia; e, posteriormente, outras carreiras como Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras. (Cunha, 2000)

Com a república, o Estado Brasileiro deu os primeiros passos para a ampliação dos modelos de educação como o ensino secundário, o profissional e o superior, pois o Estado era gerido pela burguesia cafeeira.

Os **latifundiários** queriam filhos **bacharéis ou “doutores”**, não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das **atividades políticas e o aumento do prestígio familiar**, como também estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição social e econômica. Os **trabalhadores urbanos** e os **colonos estrangeiros**, por sua vez, viam na **escolarização dos filhos** um meio de **aumentar** as chances de estes alcançarem **melhores condições de vida.** (Cunha, 2000, p. 157) (Grifo nosso)

Além de atender aos interesses da burguesia cafeeira em perpetuar prestígio e poder, outros setores crescentes da sociedade viam na educação uma forma de crescimento e

transformação social. Vale ressaltar que fato similar ocorreu com o tecnicismo no período da ditadura militar. Sendo assim, o ensino superior foi estruturado a partir das demandas econômicas, institucionais e ideológicas⁴. Ademais, ampliou-se o número de vagas com a criação de instituições de ensino superior por governos estaduais e por particulares e confessionais católicas. “No período de 1891 até 1910 foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia; e três de Agronomia.” (Cunha, 2000, p. 158)

A primeira Universidade no Brasil (1909-1926) foi criada associada ao crescimento da extração da borracha em Manaus. Contudo, essa instituição não durou muito devido ao esgotamento do ciclo da borracha e, assim, foi fechada mantendo apenas a faculdade de Direito que em 1962 foi inserida na Universidade Federal do Amazonas. Em 1911 foi criada a Universidade de São Paulo e em 1912 houve o projeto de criação da terceira Universidade em Curitiba, porém inviabilizado devido ao Decreto nº 11.530⁵, de 1915, e essa instituição foi incorporada posteriormente à Universidade Federal do Paraná, em 1950. “A primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu o *status* de universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – foi criada em 1920”. (Cunha, 2000, p. 162)

A questão da classificação como *status* de Universidade perpassa o ordenamento do Decreto nº 5.616/1928⁶ e as regras das instituições privadas eram condicionadas ao credenciamento do Ministério da Educação. O pensamento humboldtiano no século XVIII destacava a importância da ciência, das pesquisas e das universidades para o desenvolvimento da sociedade. Segundo Humboldt (1997), as instituições científicas, a universidade, contribuem para o enriquecimento da cultura moral da nação, ou seja, a formação do homem a partir da ciência pode formar a ciência moral e, assim, promover a evolução do homem.

Sendo assim, Martins (2002, p. 1) destaca que o debate sobre as universidades na década de 20 delineava as seguintes indagações:

não se restringia mais a questões estritamente políticas (grau de controle estatal) como no passado, mas ao conceito de universidade e suas funções na sociedade. As funções definidas foram as de abrigar a ciência, os cientistas e

⁴ O caráter ideológico refere-se a luta entre liberais e positivistas pela educação, esse último contra o privilégio dos diplomas escolares e assim, essa resistência retardou a criação de universidades. (Cunha, 2000)

⁵ O Decreto nº 11.530/ 1915 reestrutura o ensino secundário e superior em que evidencia, no Artigo 25: “Não será equiparada aos oficiais academia que funcione em cidade de menos de cem mil habitantes, salvo se esta for capital de Estado de mais de um milhão de habitantes e o instituto foi fortemente subvencionado pelo governo regional.” (Brasil, 1915)

⁶ O Decreto nº 5.616/ 1928 condiciona alguns requisitos, questões para o estabelecimento de universidades no artigo 2º: “São requisitos essenciais para a concessão da autonomia de que cogita o art. anterior: a) patrimônio nunca menor de trinta mil contos; b) nomeação do reitor pelo Presidente do Estado; c) que, pelo menos, três das escolas de que compuserem a universidade conte com quinze anos de efetivo funcionamento.” (Brasil, 1928)

promover a pesquisa. As universidades não seriam apenas meras instituições de ensino, mas centros de saber desinteressado.

No governo Vargas houve uma nova expansão das Universidades, visto as demandas para atender a economia do país, a expansão do setor industrial. Sendo assim, foram criadas cinco instituições universitárias e dezenas de faculdades isoladas e, dentre elas podem ser destacadas: a Universidade de São Paulo (1937); Faculdades Católicas; e Universidades do Distrito Federal (1937-1939). Além disso, a efetivação da lei de equivalência⁷ dos cursos profissionais para o secundário contribuiu para ampliar o acesso e, posteriormente, a plena equivalência foi garantida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.

Nesse cenário a demanda por ensino superior aumentou e, em resposta, o Estado apresenta:

Em primeiro lugar a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar a “federalização” de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades.

Muitos estabelecimentos de ensino superior até então mantidos pelos governos estaduais e particulares passaram a ser custeados e controlados pelo governo federal por meio do Ministério da Educação. (Cunha, 2000, p. 171)

Sendo assim, o processo de federalização contribuiu para a criação de universidades federais e, por conseguinte, o aumento de vagas públicas de ensino superior. Contudo, no período foi necessária também a criação de cursos de educação profissional para atender à demanda de profissionais qualificados. Entretanto, é importante destacar que os estratos mais privilegiados tinham acesso à universidade e a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1961 corroborou para a bandeira da liberdade de ensino e avanço da iniciativa privada. (Martins, 2002)

No período militar (1964-1982)⁸, a educação superior voltou a atender às necessidades econômicas e sociais do país, com um diferencial à ênfase no ensino e na pesquisa. Segundo Cunha (2000), a influência do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), criado em 1949,

⁷ As leis de equivalência n° 1073, de 31 março de 1950, e n° 1821, de 12 de março de 1953, possibilitaram estender as oportunidades iniciais para a flexibilização entre educação profissional e ensino secundário e, assim, a oportunidade de acesso ao ensino superior para todos os cursos.

⁸ Governo Militar: Humberto Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967); Arthur Costa e Silva (15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969); Junta militar (31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969); Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974); Ernesto Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979); João Figueredo (15 de março de 1979 a 15 de março de 1985).

contribuiu para a criação posterior da Universidade de Brasília (Unb) em 1962, sendo um modelo com ênfase no ensino e na pesquisa e com destaque na ciência.

Não obstante, o período militar foi muito contraditório para a sociedade e a educação; de um lado a extinção do regime de cátedras e do outro a intensificação dos Atos Institucionais. Martins (2002, p. 2) destaca que o período militar “manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo, em consequência, o expurgo de importantes lideranças do ensino superior”. Na perspectiva de restrição dos direitos civis, sociais e políticos a ditadura militar trouxe perdas para a educação superior, em especial com a aposentadoria compulsória de professores experientes, o controle policial dos currículos, programas de disciplinas e bibliografias e o desmantelamento dos movimentos estudantis.

Na perspectiva de avanço, a Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixa as normativas para o funcionamento de um modelo único do ensino superior com a indissociabilidade do ensino e da pesquisa nas universidades, ou seja, provocou nas instituições de ensino superior a imersão nas pesquisas científicas e tecnológicas. Ademais, mesmo em uma situação adversa, a aliança entre docentes e pesquisadores fizeram com que se ampliasse o recurso das agências de fomento⁹ e a carreira docente foi institucionalizada.¹⁰ (Cunha, 2000)

Ademais, nesse período houve uma nova expansão do setor privado que respondia por 62,3% das matrículas “com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, ¾ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada.” (Martins, p.2)

O fim da ditadura militar aconteceu com o esgotamento do regime autoritário e, assim, iniciou-se um governo democrático. Na sequência, a sociedade civil foi chamada a escrever uma nova Constituição de 1988 que assegurava o Estado Democrático de Direito com a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, em especial a educação pública, gratuita, universal e laica. No artigo 207 da carta, as universidades foram delineadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988) e o detalhamento da educação superior brasileira está na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº 9394 de 1996, em que reverbera a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a autonomia universitária. (Brasil, 1996)

⁹ A criação das Agências de fomento – CAPES e Cnpq acontece em nível de pós-graduação.

¹⁰ A carreira docente foi reestruturada após a extinção do regime de cátedras e configura-se pela combinação de tempo de serviço e de pós-graduação. (Cunha, 2000)

Na contramão de uma Carta Magna que amplia os direitos, a política neoliberal intensificou os ataques aos direitos universais dos cidadãos, argumentando que a efetivação de políticas públicas como muito caras e que ameaçavam a estabilidade fiscal e monetária. (Saad Filho e Moraes, 2018). Nesse cenário, o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC efetivou a cartilha neoliberal no país com cortes dos gastos públicos e a mão invisível do Estado na economia, que diretamente estimulava as faculdades particulares com financiamentos e estímulos fiscais e ausência de investimento nas universidades públicas.

Segundo Martins (2002), em 1994 o setor privado respondia por 69% das matrículas no ensino superior. Sendo assim, no governo FHC a expansão da educação ficou alicerçada a atender às demandas do mercado de trabalho e setor produtivo, em detrimento da formação para o mundo do trabalho, com o sucateamento das universidades.

O período neoliberal afeta diretamente a educação brasileira, pois a reestruturação do capital rompe-se com o Estado de bem-estar social e assim, novas prioridades são evidenciadas para o Estado nas quais os direitos sociais como saúde, educação e habitação, base para o bem-estar da população, são modificados por políticas de liberação, desregulamentação e privatização. (Ribeiro, 2012). Sendo assim, “à medida que o Estado de bem-estar social se transforma em Estado mínimo neoliberal, na década de 90, o pauperismo torna-se o núcleo da política social no Brasil” (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 84) e nesse cenário as universidades públicas sofrem com a falta de investimentos e, em contrapartida, cresce o número de faculdades e centros universitários do setor privado.

A reestruturação da educação brasileira aconteceu com a eleição de um governo de esquerda de Luís Inácio Lula da Silva, pois o país estava imerso nas políticas neoliberais e isso reverberava no aumento da precarização do trabalho, da pobreza e da desigualdade social. O governo Lula propôs mudanças em todos os setores da educação básica e Educação Superior, em especial com: a reformulação do ensino superior público com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹; a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹²; o Sistema de Seleção Unificado (Sisu)¹³; e a instituição da Rede Federal de Educação profissional Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos

¹¹ Decreto nº6.096 de 24 de abril de 2007 institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

¹² Decreto nº5.800 de 08 de junho de 2006 dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

¹³ A Portaria Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010 institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada e a Portaria Normativa nº 21 dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada. (Borges, 2020)

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifts)¹⁴. No âmbito do setor privado o governo Lula criou o Programa Universidade para todos (PROUNI)¹⁵ e reestruturou o Fundo de financiamento estudantil (Fies)¹⁶.

Dentre as políticas que impactaram no crescimento das universidades públicas brasileiras está o REUNI, programa que reestruturou a educação universitária com a expansão física, acadêmica e pedagógica e diretamente elevou os níveis de acesso, permanência e qualidade da educação superior. “O REUNI se tornou a maior política pública de expansão da educação superior, sendo responsável pelo aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal, entre 2007 e 2013.” (Borges, 2020, p. 48 apud Mancebo, 2015). Sendo assim, o REUNI foi marco de expansão e investimento do Estado nas universidades públicas com “estimativa do governo repassar 12 bilhões às universidades até 2012”. (Paiva, 2009, p. 45)

O governo Dilma deu continuidade às políticas do governo Lula e criou o Programa “Ciência sem fronteiras” com a oferta de bolsas para alunos da graduação e pós-graduação. Contudo, devido ao *impeachment* da presidenta, ou como muitos estudiosos analisam e denominam de golpe, Michel Temer assumiu a presidência e efetivou um governo gerido por emendas constitucionais¹⁷ e medidas provisórias, em que se destacam o corte e contingenciamento dos orçamentos para as universidades, ou seja, o desmonte da educação superior pública. (Borges, 2020)

Na sequência o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república e com ele os ataques à ciência e à educação continuaram. O seu governo ficou marcado pelo período pandêmico e pela criação do programa Future-se que visou dar maior autonomia financeira às universidades e institutos, por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. O Ministério da Educação (MEC) evidenciou que as universidades não seriam privatizadas, pois o governo federal continuaria a repassar o orçamento anual destinado às instituições; contudo, muitas universidades não aceitaram a proposta pela falta de clareza. (Borges, 2020)

Lula assumiu novamente a presidência do Brasil com a missão de unificar um país dividido em direita e esquerda e ainda com resquícios de uma pandemia que afetou a economia,

¹⁴ Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

¹⁵ Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 institui o Programa Universidade para todos (PROUNI).

¹⁶ Lei de Fundo de financiamento estudantil.

¹⁷ Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016 em que estabelece novo regime fiscal dos orçamentos que vigorará por vinte exercícios financeiros. (Brasil, 2016)

a saúde, a educação, a cultura, o esporte, governo que evidencia a importância das universidades para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, a pedagogia humboldtiana destaca que a mínima intervenção do Estado nas universidades reverbera soluções eficazes para a sociedade e para humanidade, ou seja, o Estado tem a obrigação de manter os recursos, estrutura e pessoal e, assim, respeitar a lógica interna da ciência, o papel do Estado nas universidades, que é subsidiar economicamente e não intervir no que produz enquanto ciência. (Humboldt, 1997)

4 A influência do corte de financiamento: a experiência da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

68

O surgimento do ensino superior em Uberlândia está alicerçado a questões políticas, econômicas, sociais e intelectuais. O município almejava ter a qualidade de uma capital, pois tinha um ousado projeto de modernização alicerçado no desenvolvimento econômico e a educação era tida como base para o avanço e progresso. Sendo assim, com base na Reforma Universitária, em 14 de agosto de 1969, foi criada a Universidade de Uberlândia (UnU), pelo Decreto Lei nº 762, sendo essa constituída da junção de faculdades existentes: as Faculdades de Direito; de Ciências Econômicas; de Filosofia Ciências e Letras; do Conservatório Musical que se tornou Faculdade de Artes; de Engenharia; e a Faculdade de Medicina. (Alberto, 2023)

A formação da UnU era voltada apenas ao ensino e à formação de mão de obra para o mercado pois, devido a questões internas, não se conseguia implementar a pesquisa como uma referência à proposta da Reforma Universitária de 1968. Na sequência, a federalização da universidade aconteceu após dez anos de criação da UnU, alicerçada a preceitos do período da ditadura militar em que refletia o desenvolvimento econômico do país e a necessidade emergente de preparar recursos humanos para o mercado de trabalho. A federalização aconteceu com a Lei nº 6.532, em 15 de maio de 1978, e assim a universidade passou a ser Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Com o status de federal a universidade garantiria maior prestígio acadêmico e recursos da União. (Alberto, 2023)

Hoje, segundo o ranking universitário Folha, a Universidade Federal de Uberlândia é a décima quarta melhor universidade do país com nota final de 87,58. Os quesitos avaliados são pesquisa, ensino, mercado, inovação, internacionalização e Nota Geral dos Cursos (IGC), sendo ela avaliada pelo Ministério da Educação (MEC). Hoje a UFU possui nota quatro pelo MEC em uma avaliação de zero a cinco. (<https://ruf.folha.uol.com.br/2024/ranking-de-universidades/principal>, 2023)

A UFU é “uma fundação pública de educação superior, integrante da Administração Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Educação.” (Anuário UFU, 2023, p. 1) e é o

principal centro de ciência e tecnologia na região, atendendo diretamente as seguintes regiões: Triângulo Mineiro; Alto Paranaíba; Noroeste Mineiro; Norte de Minas; Sul e Sudoeste de Goiás; Norte de São Paulo; e Leste do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Além de ser referência regional, a Universidade Federal de Uberlândia é também referência nacional e internacional na promoção do ensino, pesquisa e extensão, ou seja, atende os pressupostos de ciência de uma universidade.

A UFU possui sete campi em Uberlândia, Monte Carmelo, Ituiutaba e Patos de Minas: Campus Educação Física, Campus Glória, Campus Santa Mônica e Campus Umuarama no município de Uberlândia; Campus Monte Carmelo em Monte Carmelo; Campus Pontal em Ituiutaba; e Campus Patos de Minas em Patos de Minas. A universidade oferece ensino gratuito por meio de 97 cursos de graduação divididos em licenciatura e bacharelado em turno integral, matutino e/ou noturno, pós-graduação (stricto sensu e lato sensu), pós-doutorado, além de educação básica por meio da Escola de Educação Básica (ESEBA) e educação profissional e tecnológica por meio da Escola Técnica de Saúde (ESTES), além de atividades de extensão com a comunidade.

Além de ser referência em ensino, pesquisa e extensão, a UFU possui serviços assistenciais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) como o Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU) e Hospital Odontológico, além do Hospital Veterinário. A universidade também oferta serviços à comunidade através do Centro de Análises Química, Central de Línguas, Centro de Documentação e Pesquisa em História, Centro de Incubação de Atividades Empreendedoras, Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, Centro de Memória de Cultura Negra de Uberlândia e Região (Graça do Arché), Centro de Pesquisa Econômica-Social, Centro de Psicologia, Centro de Referência Nacional em Hanseníase, Divisão de Ensino, Pesquisa e Extensão e Atendimento em Educação Especial, Escritório de Assistência Jurídica popular, Herbarium Uberlandense, Museu de Biodiversidade do Cerrado, Museu de Divisão com Ciência e Arte, Museu do Índio, Museu de Minerais e Rochas, Museu Universitário de Arte, Rádio e TV Universitária, Rede de Biotério de Roedores e Reserva Ecológica do Panga. (Anuário UFU, 2023)

A fim de manter essa grande estrutura, a UFU necessita de recursos financeiros para efetivar educação de qualidade que objetiva mudanças nas dimensões sociais, políticas e econômicas. Sendo assim, ela recebe recursos da União para prover os seus gastos com pagamentos com pessoal, equipamentos, materiais permanentes, obras, instalações e acervo bibliográfico.

Paiva (2009) fez um estudo sobre os relatórios de gestão orçamentária da UFU no período de 1994 a 2006 e o objeto analisado identificou que no período houve uma queda nos recursos para as IES públicas; mas, mesmo com limitações de financiamento, a comunidade universitária da Universidade Federal de Uberlândia trabalhava na criação de novos cursos.

A partir do ano 2000 o site da UFU passou a disponibilizar o Relatório de Gestão, documento elaborado pelos responsáveis pela UFU no qual consta a assinatura do reitor e demais gestores da universidade. Portanto, é possível visualizar de que “forma a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Universidade.

Nesse cenário, segue um quadro com a síntese do orçamento e despesas da UFU.

Quadro 1: Levantamento do orçamento e despesas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Ano	Orçamento inicial	Orçamento após suplementações e cancelamentos	Despesas executadas	Saldo da ordem após despesa executada	Execução orçamentária
2000	R\$ 166.174.133,00	R\$ 215.961.474,21	R\$ 207.174.301,73	R\$ 8.787.172,48	95,93%
2001	R\$170.892.332,00	R\$ 237.220.458,35	R\$232.236.121,01	R\$ 4.984.337,34	97,89%,
2002	R\$ 188.555.421,00	R\$ 255.300.428,04	R\$ 250.539.676,49	R\$ 4.760.751,55	98,13%,
2003	R\$ 210.383.316,00	R\$ 278.678.579,20	R\$ 276.133.572,81	R\$ 2.545.006,39	98,13%
2004	R\$229.806.840,00	R\$ 326.974.812,83	R\$ 322.634.262,38	R\$4.340.550,45	98,67%
2005	R\$289.063.604,00	R\$396.963.525,84	R\$350.036.863,44	R\$46.926.662,40	88,18%
2006	R\$372.946.711,00	R\$444.647.758,90	R\$430.584.843,26	R\$14.062.915,64	96,84%
2007	R\$ 390.929.119,00	R\$ 475.980.336,00	R\$ 470.333.319,34	R\$ 5.647.016,66	98,81%,
2008	497.192.016,50 100,00		495.236.522,68 100,00		

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Gestão UFU 2000-2008

Ao realizar a análise dos dados do Relatório de Gestão, observa-se que o quadro se inicia com a apresentação de dados do segundo mandato do governo FHC (1999 – 2002), governo regido pela perspectiva neoliberal. Assim, os recursos eram parcos para o avanço da estrutura da universidade e sua estrutura era a seguinte no ano 2000:

Campi 3; Institutos 9; Faculdades 18; Cursos de Graduação 30; Cursos de Especialização 55; Cursos de Mestrado 15; Cursos de Doutorado 4; Docentes de Ensino Fundamental e Ensino Profissional 147; Bibliotecas 4; Laboratórios 233; Restaurantes Universitários 2; Anfiteatros 7; Vídeo clube 1; Emissora de Televisão 1; Emissora de Rádio FM 1; Imprensa Universitária 1; Vestibular

(semestral) 2; PAIES – Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (anual) 1. (Relatório de Gestão UFU, 2000, p. 4-5)

Ao fazer a análise das informações, percebe-se que nos anos de gestão de FHC, 2000 - 2003, a estrutura física é a mesma e que não houve avanços. Além disso, existe um pequeno crescimento no número de cursos de Mestrado e Doutorado. Nesse cenário de pouco investimento, essas informações refletem nos números das atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade pública no período.

ATIVIDADES DE ENSINO GRADUAÇÃO **Número de cursos 30** Vagas **oferecidas no ano 2.200** Vagas preenchidas 2.191 Alunos matriculados 12.439 **Alunos formados 2.034** n° de alunos formados por docente ativo 1,9; PÓS-GRADUAÇÃO Número de Cursos 19 Mestrado 15 Doutorado 4 **Alunos matriculados 740 Mestrado 586 Doutorado 154** Títulos outorgados 118 Mestrado 109 Doutorado 9;
ATIVIDADES DE PESQUISA * **Número de trabalhos publicados 1577**
Número de pesquisas 508
ATIVIDADES DE EXTENSÃO **Número de cursos 63** Número de eventos 46 Número de prestação de serviços 34. (Relatório de Gestão UFU, 2000, p. 8 grifo nosso)

No período de 2000 a 2003 o número de cursos e o de alunos na UFU permaneceram os mesmos, situação que espelha a política neoliberal vigente e pouco investimento nas universidades. Laval (2019, p. 283) destaca que “a redução da ação do Estado na educação, fruto da diminuição da receita fiscal, [...] significa cortar os recursos destinados à educação pública, com consequências que poderiam ser imaginadas em termos de segregação e crescimento da escola privada.”

O governo do presidente Lula propôs mudanças nas políticas educacionais, o que refletiu no investimento para as universidades. No ano de 2004 o orçamento inicial da UFU era de R\$ R\$229.806.840,00 e gradualmente foi aumentando os recursos. Hoje é mais de um bilhão para a Universidade Federal de Uberlândia e isso reverberou no aumento de cursos e vagas. No ano de 2006 o Relatório de Gestão cita que a expansão é uma realidade com o Campus Pontal e ela trouxe aumento nos recursos de custeio, o que refletiu no aumento de cursos, vagas, contratação de professores e técnicos administrativos. Sendo assim, o investimento foi crescendo após a adesão da UFU ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), observando-se a ampliação da infraestrutura da universidade, crescimento do corpo docente e número de vagas com quatro Campi, onze Institutos e dezessete Faculdades com 13.050 alunos matriculados nos cursos presenciais de graduação. (Relatório de Gestão, 2007)

A partir de 2008 ocorreu a mudança de reitor da Universidade Federal de Uberlândia e com isso o Relatório de Gestão foi desenvolvido de uma forma mais detalhada. Entretanto, a informação primária deste artigo, orçamento e despesa executada, não está explicitada no texto, conforme os relatórios anteriores. Nesse documento também constam as recomendações da Controladoria Geral da União. O valor encontrado refere-se a R\$ 497.192.016,50 denominado orçado e R\$ 495.236.522,68 executado, cujo documento delibera investimentos na construção de salas e auditórios no Campus Santa Mônica e a expansão do ensino superior do Campus Pontal Ituiutaba, além de quatro Fazendas Experimentais, dois restaurantes universitários e dois Centros de Convivência. No período são 66 cursos de Graduação, bacharelado, licenciatura e a distância, com 14.950 matriculados presencialmente e 930 matriculados no ensino a distância. Por fim, o documento salienta a construção de um novo campus em Uberlândia: o Campus Glória. (Relatório de Gestão, 2008.)

A partir de 2009 não foi possível visualizar o orçamento real da universidade e nem as despesas porque o texto é detalhado em tabelas, sem evidenciar, de forma clara, essa informação. No mais, o documento ressalta que devido ao REUNI, a Universidade Federal de Uberlândia experimentou uma fase de franca expansão, destacando as dificuldades com tempo de obras, 18 meses, bem como a falta de técnicos administrativos para atender a nova demanda: “a implantação do novo Campus Glória com uma área total de 342.000 m² e a criação de campi avançados em Monte Carmelo e Patos de Minas.” (Relatório de Gestão UFU, 2009, p. 10)

No ano de 2010 a UFU passou a ter seis campi universitários ativos: três em Uberlândia: Campus Santa Mônica, Umuarama e Educação Física; um em Ituiutaba: Campus Pontal; um em Patos de Minas; e um em Monte Carmelo.

O relatório de gestão de 2011 destacou que os recursos orçamentários eram suficientes para a estrutura; porém, salientava preocupação com o crescimento e a necessidade futura de recursos de custeio.

Em 2012 já eram 30 Unidades Acadêmicas distribuídas em seis Campi com a ampliação de vagas para os cursos de graduação e pós-graduação, além do crescimento do ensino a distância e o sucesso da pesquisa e extensão. Neste ano de 2012 a UFU tinha 20.226 alunos matriculados nos cursos de graduação e 2.317 alunos matriculados nos cursos de Mestrado e Doutorado. No período a universidade já tinha 17 cursos de Doutorado e o texto destaca a necessidade de concurso público para o provimento de pessoal e a necessidade do trabalho terceirizado para atender as demandas da universidade. (Relatório de Gestão UFU, 2012)

No ano de 2013 a UFU continuou o seu processo de crescimento no ensino, pesquisa e extensão. O Relatório de Gestão deste ano destacava que a UFU tem atuado em nível internacional em duas frentes: “por meio do intercâmbio de discentes de graduação e de pós-graduação; realização de pesquisas conjuntas envolvendo grupos da UFU e do exterior.” (Relatório de Gestão UFU, 2013, p. 11).

Em 2014 a UFU passou a ter sete campi universitários com a abertura do Campus Glória. Mesmo com a grande expansão das universidades, em especial da UFU, o Relatório de Gestão já evidenciava a preocupação com a manutenção posterior da grandiosa estrutura.

Em 2015 a comunidade acadêmica era formada por cerca de 30 mil pessoas e a universidade ofertava “90 diferentes cursos de graduação, seis cursos de especialização, 38 programas de residência médica, 37 cursos de mestrado acadêmico, 7 cursos de Mestrado profissional e 20 cursos de Doutorado.” (Anuário UFU, 2015, p. 9), além de atuar na educação infantil, fundamental e de jovens e adultos e educação profissional de nível médio.

O ano de 2016 foi marcado pela corte de recursos públicos pela Emenda à Constituição Federal 95/2016, ou melhor explicitando, o contingenciamento de recursos para as universidades, por parte do Governo Federal. A UFU teve “um bloqueio do orçamento de recursos próprios não previsto no planejamento da execução da fonte, no valor de R\$ 2.495.960 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta reais)” (Relatório de Gestão, 2016, p. 63), o que impactou no desenvolvimento de projeto de expansão, com cortes de bolsas de pesquisa e iniciação científica.

O orçamento foi contingenciado e liberado por limites de empenho conforme decreto de execução financeira, no curso do exercício. As liberações dos limites para empenho eram feitas quase sempre com atraso e ainda os recursos vinham "carimbados" por fonte e grupos de despesa. (Relatório de Gestão UFU, 2016, p. 65)

A partir do contingenciamento de recursos, a UFU passou a ter dificuldades na manutenção de sua estrutura por serem os orçamentos visivelmente insuficientes. O ano de 2018 marcou o efetivo funcionamento do Campus Glória com a migração de duas Unidades Acadêmicas, estando a UFU com 31.613 estudantes matriculados em todas as modalidades. Diante desta realidade, o contingenciamento de recursos orçamentários conteve a expansão de novos cursos, com a concentração de esforços na manutenção dos existentes e a utilização do recurso de mais de um bilhão, similar ao ano de 2019.

No período pandêmico de Covid-19, a educação em todos os níveis vivenciou momentos de excepcionalidade com a suspensão das atividades presenciais e na UFU houve a suspensão das atividades acadêmicas, efetivando a migração das Atividades Acadêmicas Remotas de

Ensino (AARE) para o ensino remoto. Nesse período a Universidade Federal de Uberlândia apresentou estabilidade nos cursos de graduação e pós-graduação e avançou nas atividades de pesquisa e extensão, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Levantamento dos cursos e matrículas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

	2020	2021	2022	2023
Graduação	97 cursos	97 cursos	97 cursos	97 cursos
Matriculados	20.814 estudantes	25.999 estudantes	20.285 estudantes	21.407 estudantes
Pós-graduação (Mestrado e Doutorado)	78 cursos	78 cursos	78 cursos	78 cursos
Matriculados	3.729 matriculados stricto sensu	4.074 matriculados stricto sensu	3.992 matriculados stricto sensu	4.087 matriculados stricto sensu
Residência	58 cursos	57 cursos	50 cursos	45 cursos de residência médica e 16 residência multiprofissional
Pesquisa	357 projetos de pesquisa financiados	679 projetos de pesquisa financiados	646 bolsas de iniciação científica	1.086 bolsas de iniciação científica
Projetos de extensão	1.980 ações de extensão	1.995 ações de extensão	2.094 ações de extensão	2.648 ações de extensão
Orçamento	Mais de um bilhão	Mais de um bilhão	Mais de um bilhão	Mais de um bilhão

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anuário UFU, 2020-2023

Nesse período a UFU já enfrentava o contingenciamento dos recursos e isso refletiu na redução de investimentos e paralisação de obras. Diante desse quadro havia “um risco elevado que vem comprometendo sobremaneira o funcionamento da UFU no que diz respeito aos contratos de manutenção (limpeza, segurança, dentre outros), compra de insumos e assistência estudantil.” (Relatório de Gestão UFU, 2021, p. 2020) A falta de investimento público afeta diretamente a produção da ciência e a evolução do país. Essa situação foi endossada pelo pensamento do ex-presidente Jair Bolsonaro que fragilizou a importância das universidades públicas e, por consequência, a ciência.

A UFU desenvolve o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada e mantém uma relação próxima com a comunidade local e regional no desenvolvimento dos territórios. Ademais, a universidade vem ampliando as ações internacionais e isso impacta positivamente nas avaliações do governo e no ranking universitário. Sendo assim, hoje a UFU oferta ciência, tecnologia, inovação, cultura e arte à população e, o principal, formação de profissionais

capacitados, cidadãos críticos em formações específicas para o mundo do trabalho. Contudo, devido à realidade vivenciada, os recém-formados atendem às demandas do mercado de trabalho.

5 Algumas considerações

A implantação e expansão da educação superior no Brasil tem uma estreita relação com o desenvolvimento econômico do país. No período colonial não era interesse da colônia portuguesa investir na Educação Superior. A partir da república o modelo de Educação Superior no país foi ampliado, estritamente vinculado a atender às demandas econômicas, institucionais e ideológicas. Sendo assim, a primeira Universidade do Brasil foi criada a partir da expansão da borracha em Manaus; contudo, devido à crise da borracha, foi fechada em 1926.

Nesse primeiro momento o *status* de Universidade fez relação com o patrimônio, a estrutura física e as funções para a sociedade. No governo Vargas aconteceu a federalização na qual o governo federal passou a controlar as instituições através do Ministério da Educação. O período ditatorial, o mais controverso da sociedade brasileira, as universidades passaram a ser vigiadas e muitos professores foram aposentados compulsoriamente, ou seja, houve o expurgo de importantes líderes do ensino superior. Na contramão dos declínios dos direitos civis e políticos foi efetivada a Reforma Universitária de 1968 que propôs um modelo único de ensino superior com a indissociabilidade de ensino e pesquisa.

Com a redemocratização do país e a efetivação da Constituição Federal de 1988, a educação pública ganhou novos contornos e, em especial, ficou efetivada a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, ponto central para o conceito de universidade. Nesse ponto, a Universidade Federal de Uberlândia está no ranking das melhores universidades do país, em especial no quesito ensino, o qual encontra-se em décimo sexto lugar, e na pesquisa em décimo sétimo.

Ao descrever a evolução das universidades no Brasil, é importante compreender os avanços com a Constituição de 1988, mas vale deixar claro que no período do governo FHC as portas para o neoliberalismo foram abertas, o que repercutiu nos direitos sociais, no mercado e na educação. Para as universidades públicas foi um período de retrocesso e muita escassez de recursos. Em contrapartida, as faculdades e centros universitários privados recebiam o apoio do Estado, ou seja, no governo FHC o mercado dominou a educação superior com grande expansão de cursos a nível de ensino, a fim de atender às demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, a LDB de 1996 representa o avanço do capital sobre a educação.

Já no governo Lula houve uma nova fase na educação brasileira e, mesmo seguindo a agenda neoliberal, o Estado ampliou ações na educação e no ensino superior. A reestruturação do ensino superior com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) efetivou um novo crescimento para a educação pública com o aumento das estruturas físicas da universidade, do número de vagas, de professores e de técnicos- administrativos.

Por fim, ressalta-se que após 2016, com o governo Temer, e posteriormente o de Bolsonaro, o ensino superior sofreu com o contingenciamento dos recursos e, posteriormente, com ataques à ciência. Hoje, em um novo governo Lula, não é visível uma grande expansão similar ao REUNI e o Estado mantém o papel em prover os recursos para a ciência, pois grande parte das pesquisas no Brasil estão dentro das universidades públicas e essa ação reverbera em evolução para sociedade. No mais, é importante compreender que não existe finitude para as pesquisas e o Estado deve intervir o mínimo possível e ainda garantir os recursos necessários para o desenvolvimento, como ressalta o pensamento de Humboldt.

Referências

ALBERTO, Thaienn Paes Leme. **De UnU a UFU: movimentos de criação e federalização de uma universidade no município de Uberlândia de 1957 -78.** 2023. 302 f. Tese em História Historiografia da Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível no site: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/39325>> Acessado em 06 de jan, 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 20 de dez, 2024.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1994. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.>Acessado em 20 de dez, 2024.

BRASIL. **Emenda n.º 95 de 15 de dezembro de 2016.** Altera o ato das disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acessado em 20 de dez, 2024.

BRASIL. Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e superior na República. **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 18 de março de 1915. Disponível em: < [HUMANIDADES & TECNOLOGIA \(FINOM\) - ISSN: 1809-1628. vol. 56 -jan./mar.2025](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Art.> > Acessado em: 10 de dez, 2024</p></div><div data-bbox=)

BRASIL, Decreto n.º 5.616, de 28 de dezembro de 1928. Regula a criação de universidades nos Estados. **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1928. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5616-28-dezembro-1928-561381-republicacao-84998-pl.html>>. Acessado em 10 de dez, 2024.

BRASIL. Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, 28 de novembro de 1968. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 15 de dez, 2024.

BORGES, Raquel Silva. **Políticas públicas de acesso à educação Superior: o Sistema de Seleção Unificada na Universidade Federal de Uberlândia (2010-2019)**. 2020. 140 f. Dissertação de Mestrado em Estado, Políticas e Gestão da Educação - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29283>> Acessado em: 01 de jan, 2025.

BORGES, Maria Célia. **A construção de um artigo científico passo a passo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 151-204.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos Jesuítas**. 2 ed. Campinas, SP, CEDET, 2019.

HUMBOLDT, W. V. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. von. **Um mundo sem universidades?** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

LAVAL, Christian. As contradições da escola neoliberal. In: **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 279-301.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Contribuições do Materialismo Histórico-dialético para as pesquisas em Mestrado profissionais na área de ensino de humanidades. **Investigação Qualitativa em Educação**, v1, p. 847-856, 2017. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1405/1362>>. Acessado em nov., 2024.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira** – Vol. 17 (Suplem. 3). 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 05 de dez, 2024.

MÉTODOS de abordagem e procedimento. [s.d]. Disponível em <<http://www2.videolivriaria.com.br/pdfs/14017.pdf>>. Acessado em nov,2024.

PAIVA, Silvani Aparecida Ribeiro de. **Políticas de financiamento para a educação superior: avaliação institucional e gestão orçamentária na Universidade Federal / UFU (1995-2008)**. 2009. 124 p. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13791> > Acessado em 05 de jan, 2025.

RIBEIRO, Elisa Antônia. As atuais políticas públicas de avaliação para educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v.17, n. 2, p. 299-316, jul. 2012; Disponível em <<https://www.scielo.br/j/aval/a/JhBRyRHhBnQxSGyVvpYz7yD/?format=pdf&lang=pt>. >Acessado em: 11 de jan., 2025.

RUF 2024. **Ranking das universidades.** Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2024/lista-universidades-instituicoes/universidade-federal-de-uberlandia-17.shtml>> > Acessado em 01 de jan, 2025.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Anuário 2023.** 2023. Disponível em: < <https://proplad.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2024/06/anuario-2023> > Acessado em 01 de jan, 2025.

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. **Relatório de Gestão UFU 2000 / 2007 / 2008 / 2009 / 2010/ 2011 / 2013 / 2016 / 2021.** Disponível em: < <https://antigo.ufu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao> > Acessado em: 05 de jan, 2025.